

ÁFRICA AUSTRAL

SADC HOJE VOL 20 NO. 1 DEZEMBRO 2017

Hoje



POLÍTICA	3
MUDANÇAS CLIMÁTICAS	4
REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES	5
GÉNERO	6
ENERGIA	7-10
PAZ & SEGURANÇA	11
TRANSIÇÃO	12-13
NEGÓCIOS - RESUMO	14
EVENTOS	15
HISTÓRIA HOJE	16



A SADC que Queremos

Conquistas feitas em 2017 e Estratégias pós 2020

par Kizito Sikuka

A SADC elevou para 16 o número dos seus Estados-Membros, em 2017, e os passos para a sua integração e para o seu desenvolvimento avançaram significativamente à medida que a região concretizou as suas actividades e começou a desenvolver estratégias para a agenda pós-2020.

A 37ª Cimeira da SADC realizada de 19 a 20 de Agosto em Pretória, África do Sul, admitiu formalmente a União das Comores como o 16º Estado-Membro da SADC.

A Cimeira adoptou o lema "Parcerias com o sector privado no desenvolvimento da indústria e das cadeias regionais de valor" e instou os Estados membros a operacionalizar o lema através da implementação de projectos nas áreas focais de agro-processamento, aproveitamento integral dos recursos minerais, energia e dos produtos farmacêuticos.

A Cimeira decidiu constituir um Comité Regional de Gás Natural para promover a inclusão de gás nas fontes de energia para o desenvolvimento industrial e instou os Estados membros a "acelerarem o processo de operacionalização do Fundo de Desenvolvimento Regional da SADC" para apoiar a agenda de industrialização.

A decisão foi tomada após reuniões preparatórias realizadas no início do ano para iniciar um processo para analisar e desenvolver estratégias de longo prazo.

Um retiro estratégico ministerial da SADC foi realizado em Março para determinar o que precisa de ser feito para criar a "SADC que Queremos" e desenvolver cenários sobre uma trajectória para a região.

Entre as medidas acordadas, há um mecanismo para avaliar o progresso na implementação da agenda de integração regional e o cumprimento de protocolos e outros instrumentos legais.

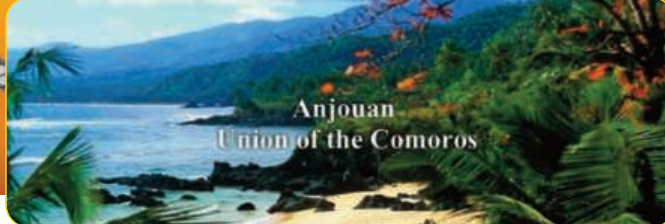
O retiro ministerial acordou que os Estados Membros devem fortalecer os Comités Nacionais para que possam ser mais eficazes na coordenação da implementação das políticas regionais a nível nacional.

Outra decisão importante foi a procura de opções alternativas para financiar o programa de integração regional da SADC para evitar a excessiva dependência de parceiros internacionais.

Observou-se que a região tem potencial para angariar anualmente mais de 1,2 bilião de dólares norte-americanos com opções alternativas de financiamento, como um imposto sobre as importações e exportações; uma taxa de turismo; um imposto sobre transações financeiras; um sistema de loteria; filantropia; e receitas geradas pelo acolhimento de eventos regionais.

continua na página 2...





A SADC que Queremos

Conquistas feitas em 2017 e Estratégias pós 2020

A SADC iniciou um processo de formulação de uma nova estratégia de cooperação e integração para o sucesso do Plano Estratégico Indicativo de Desenvolvimento Regional (RISDP), aprovado em 2015 para vigorar até 2020.

Nos meados do ano, realizou-se uma conferência consultiva sobre uma estratégia pós-2020 para colher análises de especialistas sobre a implementação do RISDP e do plano que orienta a cooperação da SADC no sector político, o Plano Estratégico Indicativo do Órgão de Cooperação, Política, Defesa e segurança (SIPO).

Os especialistas observaram a necessidade de maximizar as sinergias na implementação dos dois pilares das actividades da SADC - a integração do desenvolvimento coberta pelo RISDP e a cooperação política e de segurança, conforme definido no SIPO.

Espera-se que o processo consultivo conduza ao desenvolvimento de um quadro para uma estratégia regional pós-2020 baseada em valores e princípios comuns da SADC, no contexto da Agenda 2063 da União Africana e incorporando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

No que diz respeito ao desenvolvimento económico, a SADC adoptou um plano de acção orientado para sua Estratégia e Roteiro de Industrialização durante uma cimeira extraordinária realizada em Março no Reino da Swazilândia.

O plano de acção procura estabelecer um esquema de implementação coerente e sinérgico contendo opções estratégicas e políticas gerais para a consecução progressiva das metas estabelecidas na estratégia e no roteiro.

A Estratégia e o Roteiro de Industrialização da SADC foram desenvolvidos como um esquema inclusivo de modernização e transformação económica a longo prazo que deve permitir um desenvolvimento económico substancial e sustentável para aumentar o nível de vida e alcançar a visão da SADC para uma região unida, próspera e integrada.

O acesso à energia é um ingrediente essencial para a implementação da estratégia de industrialização e, em 2017, a região da SADC, pela primeira vez numa década, experimentou uma capacidade excedente na produção de electricidade como resultado da cooperação regional no planeamento energético.

De acordo com O Grupo de Empresas de Electricidade da África Austral (SAPP), a capacidade de produção excedente era de cerca de 2.616 megawatts (MW) a partir de Setembro. O gestor interino do Centro de Coordenação do SAPP, Alison Chikova, disse que a tendência provavelmente continuará porque "o SAPP irá disponibilizar uma média de 5.000MW por ano nos próximos seis anos".

Em Julho, a SADC organizou um Seminário Ministerial de Alto Nível e uma Conferência de Investidores para os Projectos Energéticos Regionais. A reunião avaliou uma lista de projectos prioritários de energia, avaliou a preparação desses projectos e discutiu medidas para capacitação para fortalecer habilidades na região para empacotar projectos financeiros.

Durante este ano, a África Austral também testemunhou o lançamento do banco de desenvolvimento regional pelos países BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) para atender o continente africano. Espera-se que o Centro Regional Africano do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB), com localizado em Joanesburgo, destrave o potencial socioeconómico da região e do continente.

No que diz respeito ao fortalecimento do papel das mulheres no desenvolvimento económico da região, o Botswana tornou-se o 14º Estado-Membro a assinar o Protocolo Revisto da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que prevê o empoderamento das mulheres, a eliminação da discriminação e a promoção da igualdade e equidade através de legislação, políticas, programas e projectos sensíveis ao género.



O Protocolo foi revisto em 2016 para alinhar seus objectivos a vários objectivos globais e questões emergentes, como a Agenda da UA 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. O protocolo já estava alinhado com a Declaração e a Plataforma de Acção de Beijing.

A estabilidade política é um factor essencial nos planos da SADC para integração e desenvolvimento regional; e uma conquista significativa em 2017 foi a boa transferência de poder em três Estados membros da SADC (Angola, Reino do Lesotho e Zimbabwe), ilustrando a capacidade e a eficácia da região para enfrentar os seus próprios desafios sem interferências externas.

A intervenção da SADC na situação política no Lesotho culminou com a realização de eleições nacionais a 3 de Junho, trazendo esperança para um país que enfrentou vários desafios desde a sua independência em 1966 e, mais recentemente, desde 2012.

Após a investidura do novo Primeiro-Ministro, Dr. Thomas Thabane, em Junho, a 37ª SADC realizada em Agosto aprovou a extensão do Comité de Supervisão para "continuar actuando como um mecanismo de aviso prévio e monitorar e ajudar o Reino do Lesotho a implementar as Decisões da SADC". (Ver página 14)

No Zimbabwe, a SADC apoiou o país a encontrar uma solução amistosa para um impasse político que causou semanas de tensão em que o Presidente fundador do Zimbabwe, Robert Mugabe, sofreu pressão do seu partido político, parlamento, forças de defesa e população para se demitir.

Mugabe, 93 anos, que governou o Zimbabwe durante 37 anos desde

a independência em 1980, renunciou a 21 de Novembro, conforme previsto na Constituição, e foi substituído pelo seu antigo vice presidente e agora presidente da República do Zimbabwe, Emmerson Mnangagwa, cuja investidura contou com a presença de presidentes e ex-presidentes dos Estados membros da SADC. (Ver páginas 12, 13)

Em Angola, o segundo presidente executivo, José Eduardo dos Santos, que liderava o País desde 1979, entregou a liderança do partido e mais tarde os instrumentos de governo ao presidente João Lourenço após o seu partido, o MPLA, ter conquistado 61% dos votos e 150 assentos no parlamento.

Em matéria de segurança alimentar, a SADC registou uma melhoria na campanha global 2017/2018 e instou os Estados-Membros a melhorar as instalações de armazenamento para minimizar as perdas pós-colheita. A 37ª Cimeira da SADC também aprovou o Protocolo para a Protecção de Novas Variedades de Planos na Região da SADC.

Em termos de gestão e redução do riscos de desastres, a SADC concordou em explorar as opções de seguro de risco, incluindo as facilidades disponíveis através do Banco Africano de Desenvolvimento para desastres como a seca e cheias causadas pelas mudanças climáticas. A Estratégia de prontidão e resposta aos desastres da SADC 2016-2030 exige que os Estados membros da SADC criem um sistema de aviso prévio simples e acessível nas três línguas oficiais até o final de 2017.

Outro marco para 2017 foi a reestruturação do Secretariado da SADC para estar alinhada com as actuais prioridades operacionais. □

SADC desenvolve estratégia anticorrupção

A **ÁFRICA Austral** desenvolveu um projecto do plano estratégico para enfrentar o uso indevido e a má alocação de recursos públicos por parte de pessoas que ocupam cargos de tomada de decisão.

O Plano Estratégico e de Acção Anticorrupção da SADC, com um horizonte de 5 anos, foi desenvolvido pelo Grupo de Trabalho da Subcomissão Anticorrupção da SADC (SACC), composto pelo Botswana, República Unida da Tanzânia e Reino da Swazilândia.

O projecto do plano de acção foi aprovado numa recente reunião da SACC

realizada em Gaborone, no Botswana.

A estratégia está aguardando consultas aos Estados membros da SADC.

Quando for concluído e aprovado, o Plano Estratégico e de Acção Anticorrupção da SADC será implementado através de um esforço colaborativo dos Estados Membros da SADC como parte da operacionalização do Protocolo da SADC Contra a Corrupção.

O Protocolo da SADC Contra a Corrupção (2001) tem como objectivo promover e fortalecer o desenvolvimento de mecanismos que sejam

necessários para prevenir, detectar, punir e erradicar a corrupção nos sectores público e privado nos Estados Membros.

O protocolo procura ainda facilitar e regular a cooperação em matéria de corrupção entre os Estados membros e promover o desenvolvimento e a harmonização de políticas e legislação nacional relacionada à corrupção.

Também define claramente as medidas preventivas de "actos de corrupção", a jurisdição dos Estados membros e a extradição.

Os arranjos institucionais para a implementação do protocolo são delineados no

instrumento legal. Por exemplo, cada Estado Parte é obrigado a adoptar as medidas necessárias para estabelecer a sua jurisdição sobre as infracções estabelecidas de acordo com o protocolo quando:

- a ofensa em questão é cometida no seu território;
- a infracção é cometida por um dos seus nacionais ou por uma pessoa que habitualmente reside no seu território; e
- O suposto criminoso está presente no seu território e não extradita essa pessoa para outro país.

Falando na reunião da SACC, Maemo Machethe, da Direcção do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança do Secretariado da SADC, disse que a corrupção é "endémica e continuará a afectar negativamente a agenda de desenvolvimento nacional e regional, se for deixada a corroer as instituições públicas e privadas."

A corrupção é caracterizada pelo uso indevido e a alocação incorreta de recursos por parte dos detentores de cargos de autoridade que em vez de dedicar tal riqueza para fazer uma mudança positiva na vida dos cidadãos, usam-na em benefício próprio. □

Roteiro regional do quadro de qualificação acordado

O **COMITÉ Técnico** de Certificação e Credenciamento da SADC aprovou um roteiro para a implementação de um Quadro de Qualificações da SADC.

De acordo com o resultado de uma reunião recente do Comité Técnico de Certificação e Credenciamento da SADC (TCCA) realizada em Joanesburgo, África do Sul, o roteiro abrangerá o período de Setembro de 2017 a Maio de 2018.

O Quadro de Qualificações da SADC (SADCQF) foi aprovado em junho pelos Ministros responsáveis pela Educação, Formação, Ciência, Tecnologia e Inovação.

O quadro procura, entre outras coisas, permitir aos Estados membros da SADC harmonizar as qualificações obtidas na região.

A longo prazo, o estabelecimento de um sistema educacional padronizado deverá promover uma integração regional mais profunda, pois ajudará a facilitar o movimento de

estudantes e profissionais na África Austral.

O quadro visa promover o bom movimento dos estudantes e dos trabalhadores em toda a região da SADC e espera-se que os Estados-Membros façam referência aos seus quadros nacionais de qualificações (NQFs) ou sistemas nacionais de educação nos países em que os NQF ainda estão a ser desenvolvidos, contra os acordos acordados - em conjunto com a estrutura regional.

Os Estados-Membros poderão avaliar as suas qualificações em relação ao SADCQF.

A reunião do TCAC decidiu que o Secretariado da SADC deverá trabalhar com os Estados membros não participantes para assegurar seu envolvimento no trabalho do TCAC.

O presidente do TCCA, Joe Samuels, disse que há necessidade de acelerar a implementação das quatro áreas do SADCQF, a saber:

- Desenvolvimento e alinhamento dos NQFs para o SADCQF;
- Garantia da Qualidade;
- Verificações; e
- Advocacia e comunicação.

O TCCA é um grupo de especialistas dos Estados membros da SADC e é apoiado pelo Secretariado da SADC.

É mandatado pelos Ministros da Educação da SADC para supervisionar a implementação do SADCQF. □

Subcomité anticorrupção da SADC

O **SUBCOMITÉ** anticorrupção da SADC é um dos mecanismos institucionais para a implementação do Protocolo da SADC contra a corrupção, aprovado em 2001.

Inclui todos os representantes dos Estados Membros da SADC e reporta ao Comité Ministerial do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança.

É responsável por:

- Recolher e disseminar informação para os Estados Membros;
- Organizar os programas de formação para os oficiais;
- Avaliar os programas em curso nos Estados Membros e a implementação do Protocolo; e
- Prestar assistência aos Estados Membros. □

Pouco progresso nas negociações sobre mudanças climáticas na COP 23

A RECÉM terminada conferência sobre mudanças climáticas, realizada em Bona, na Alemanha, trouxe poucos progressos nas negociações sobre mudanças climáticas, uma vez que as questões críticas sobre o financiamento continuam não resolvidas.

Tal como aconteceu com as conferências anteriores, os países industrializados voltaram a demonstrar uma falta de compromisso com o cumprimento de sua promessa de financiamento climático de fornecer 100 biliões de dólares norte-americanos por ano até 2020, conforme acordado em 2009, em Copenhaga, na Dinamarca.

Embora a posição da África fosse muito clara antes da 23ª Conferência das Partes (COP 23) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), apelando aos países desenvolvidos a "honrem" os seus compromissos financeiros, esta expectativa está longe ser concretizada.

O texto nos documentos resultantes da conferência apenas afirma que os países industrializados reiteraram o seu compromisso de mobilizar conjuntamente 100 biliões de dólares norte-americanos anualmente até 2020, mas sem propostas concretas sobre como isso será alcançado.

Durante a conferência, os países em desenvolvimento pressionaram as nações ricas a informar sobre os seus fluxos de financiamento do clima, de modo a fornecer-lhes informações necessárias para o desenvolvimento de planos climáticos, conforme estipulado no Acordo de Paris de 2015.

O artigo 9.5 do Acordo de Paris estabelece que "os países Partes desenvolvidos farão uma comunicação quantitativa e qualitativa de forma bianual" sobre o financiamento climático relacionado com os países em desenvolvimento.

Este pedido também não foi cumprido, pois os países desenvolvidos argumentaram que não fazia parte da agenda da conferência, forçando os negociadores a permitir um tempo extra para discutir esta questão nas reuniões entre sessões agendadas entre agora e a COP24 em Dezembro do próximo ano.

Há mais preocupação dos países em desenvolvimento de que os países ricos do Norte não estão a fazer o suficiente para cumprir seus compromissos de adaptação e mitigação para o período que antecede 2020.

Os negociadores africanos são de opinião de que o fortalecimento do apoio à adaptação e mitigação no período que antecede 2020 é fundamental para estabelecer uma base sólida para as metas pós 2020. Outro ponto crucial para a SADC - e o resto da África - foi a necessidade de a conferência discutir o acesso aos fundos de adaptação.

Embora tenha sido anunciado na conferência que o fundo de adaptação foi reforçado com um total de 93,3 milhões de dólares norte-americanos este ano, os países em desenvolvimento ao longo dos anos não conseguiram ter acesso a fundos devido a condições rigorosas impostas pelos países ricos.

Entre os resultados da COP 23 consta a adopção do Plano de Acção de Género que visa fortalecer o apoio à implementação de políticas e acções climáticas favoráveis ao género nos níveis nacional e local.

O plano terá como base as estruturas existentes e criará novos processos para que as mulheres se tornem agentes de mudança na acção climática.

Para a África Austral, este é um desenvolvimento bem-vindo, considerando o facto de que as mudanças climáticas afectam os mais vulneráveis da sociedade, e as mulheres muitas vezes enfrentam a maior ameaça, uma vez que tradicionalmente estão excluídas

do processo de tomada de decisão a nível local, nacional e regional.

Outro resultado fundamental da conferência foi a decisão de ter uma fase escalonada da produção de energia movida a carvão.

A conferência concordou em eliminar o uso do carvão na produção de electricidade em 2030 para os países da Organização de Cooperação Económica e Desenvolvimento e da União Europeia, enquanto o resto do mundo deverá fazer o mesmo até 2050 para atender às provisões do Acordo de Paris.

No entanto, a declaração não compromete os signatários a uma data de eliminação específica e nenhum prazo foi apresentado aos signatários para finalizar o financiamento da produção de energia a carvão.

A conferência estabeleceu o Diálogo Talanoa, uma plataforma destinada a facilitar um processo inclusivo e participativo que permita aos países, bem como aos

actores não estatais em todo o mundo, partilharem as suas histórias e mostrar as melhores práticas sobre as mudanças climáticas.

O objectivo final é permitir que as Partes se aproximem coletivamente do objectivo mais ambicioso do Acordo de Paris de manter o aumento das temperaturas globais a um máximo de 1,5 graus Celsius.

Como foi o caso da COP22, as negociações na COP23 voltaram a girar em torno das tentativas de fazer progressos significativos no desenvolvimento do "livro de regras de Paris", que estabelecerá as regras e processos mais técnicos necessários para cumprir os objectivos do Acordo de Paris.

A conferência decorreu de 6 a 17 de Novembro em Bona, Alemanha, embora tenha sido oficialmente acolhida por Fiji. Esta é a primeira vez que um Estado da Ilha acolheu uma Conferência das Partes da UNFCCC. □

Destaques da COP23

A SEGUIR são apresentados os principais destaques da conferência sobre mudanças climáticas da COP 23:

- Compromisso incómodo dos países industrializados com o financiamento do clima, mas sem propostas concretas;
- Adopção de um Plano de acção de género para as mudanças climáticas;
- Acordo para finalizar o desenvolvimento de um "Acordo de Paris".
- Eliminação progressiva do uso do carvão na produção de electricidade;
- Estabelecimento de uma plataforma para partilhar histórias e mostrar as melhores práticas sobre mudanças climáticas. □



A SADC avalia programas sobre o risco de desastres em quatro países

O SECRETARIADO da SADC iniciou um exercício para avaliar a situação dos programas de redução do risco de desastres ou gestão de desastres em Angola, República Democrática do Congo, Madagáscar e Namíbia.

Esta actividade está a ser implementada no âmbito do "Apoio ao Programa de Cooperação Política Regional (RPC) da SADC", e exige que o Secretariado realize um inventário para determinar a situação da Gestão e Redução do Risco de Desastres (GRRD) nos quatro Estados Membros e avaliar o seu progresso na implementação de programas nacionais de GRRD.

O exercício tem como objectivo produzir relatórios de inventário nacionais abrangentes e desenvolver bases de dados nacionais sobre a situação da GRRD, recursos e serviços e implementação de programas RRD em Angola, RDC, Madagáscar e Namíbia.

O Secretariado planeia envolver um consultor que deverá realizar um inventário de recursos e serviços de GRRD, incluindo instituições e quadros em cada um dos quatro países e identificar lacunas, desafios, necessidades e oportunidades na implementação de programas nacionais conforme as cinco áreas prioritárias do Quadro de Acção de Hyogo (2005-15) e outras estratégias continentais e regionais de redução de desastres.

Espera-se que o consultor conduza um inventário abrangente de quadros institucionais, políticos, jurídicos e outros instrumentos relevantes que conduzam a agenda de GRRD e facilitem a implementação de programas a nível nacional, incluindo programas e actividades

realizadas por instituições nacionais, locais, Organizações não governamentais (ONGs), Parceiros Internacionais de Cooperação (ICPs) e outras partes interessadas.

Espera-se que seja feita uma consulta ampla as unidades de protecção civil ou as autoridades de gestão de desastres de Angola, RDC, Madagáscar e Namíbia, bem como as agências das Nações Unidas, o Banco Mundial, a Cruz Vermelha, as ONG, os ICP, os doadores e todas as organizações nacionais, locais e partes interessadas.

Essas consultas serão usadas para identificar e documentar o seguinte:

- Principais estratégias, políticas e programas nacionais, tendo em conta a evolução dos últimos cinco anos, bem como as intervenções de GRRD em curso e previstas nos quatro países;
- Os principais riscos identificados e as avaliações de risco que foram realizadas no país e as metodologias utilizadas; e
- Estatísticas sobre os impactos de desastres enfrentados no País;

As informações recolhidas serão armazenadas em bases de dados nacionais e no proposto sistema de gestão de informações sobre a redução do risco de desastre da SADC.

O Programa RPC, financiado pela União Europeia, destina-se a fortalecer a capacidade do Secretariado da SADC e, mais especificamente, a Direcção do Órgão de Cooperação Política, Defesa e Segurança ("o Órgão") na implementação do seu mandato para efetivar a integração regional no plano político e no sector de segurança.

Como parte dos seus objetivos, o programa RPC visa realizar um inventário das políticas e planos de acção nacionais relacionados a desastres, com vistas a facilitar a sua harmonização com as estratégias e tendências regionais e continentais.

Ao implementar este processo, o programa fortalece simultaneamente os sistemas nacionais e regionais de aviso prévio para a recolha e troca atempada de informações sobre perigos e desastres, bem como outros problemas de segurança humana.

O programa apoia pesquisas sobre mudanças e tendências regionais a longo prazo que afetam vulnerabilidades e riscos, em particular as mudanças climáticas.

Apoia a implementação da Estratégia e o Fundo de Prontidão e Resposta a Desastres da SADC (2016-2030) adoptada pelos ministros responsáveis pela Gestão do Riscos de Desastres em Novembro de 2016, cujo objectivo é construir uma cultura de segurança e resiliência aos desastres, fortalecendo a prontidão, resposta e rápida recuperação na região até 2030. □

Áreas prioritárias do HFA

O QUADRO de Acção de HYOGO 2005-2015: A construção da resistência das Nações e das Comunidades aos desastres foi adoptada durante a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres realizada em Janeiro de 2005 em Kobe, Hyogo, Japão.

A conferência proporcionou uma oportunidade para promover uma abordagem estratégica e sistemática para reduzir vulnerabilidades e os riscos para os perigos. Ele ressaltou a necessidade de identificar formas de construir a resiliência das nações e comunidades aos desastres.

As cinco prioridades de acção identificadas no âmbito do HFA 2005-2015 são:

- ❖ Assegurar que a redução do risco de desastres seja uma prioridade nacional e local com uma base institucional sólida para a implementação;
- ❖ Identificação, avaliação e monitoria do riscos de desastres e melhoria do aviso prévio;
- ❖ Uso do conhecimento, inovação e educação para construir uma cultura de segurança e resiliência a todos os níveis;
- ❖ Redução dos factores de risco subjacentes; e
- ❖ Fortalecimento da prontidão para desastres para uma resposta efetiva a todos os níveis.

O quadro exige que os países desenvolvam estruturas políticas, legislativas e institucionais

O quadro exige que os países desenvolvam estruturas políticas, legislativas e institucionais para a redução do risco de desastres e para desenvolver e acompanhar o progresso através de indicadores específicos e mensuráveis.

O HFA também exige que os Estados membros, entre outras coisas, estabeleçam, façam revisão periodicamente e mantenham sistemas de informação como parte de sistemas de aviso prévio com o objetivo de assegurar acções rápidas e coordenadas em casos de alertas ou emergências. □



SADC elabora Estratégia sobre a VBG

A **ÁFRICA** Austral iniciou o processo de elaboração de uma estratégia para orientar os Estados membros nas respostas aos desafios da Violência Baseada no Género (VBG).

Numa mensagem por ocasião do Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher, a Secretária Executiva da SADC, Dra. Stergomena Lawrence Tax, disse que a região "condena fortemente a Violência Baseada no Género em todas as suas formas e continua empenhada em prevenir e eliminar essa prática abominável.

"Reconhecendo a seriedade que a SADC atribui a esta prática indesejada, o Secretariado está em processo de desenvolver uma estratégia regional que orientará os Estados Membros na resposta à Violência Baseada no Género. Isso garantirá que a nossa região não deixe ninguém para trás num esforço visando acabar com a violência, especialmente os

actos perpetrados contra as mulheres e raparigas".

Apesar de todos os Estados membros da SADC possuírem legislação específica sobre o combate à violência baseada no género, o número de casos reportados continua a aumentar e isso se deve a uma série de factores, que incluem a desigualdade de género.

É amplamente reconhecido que a desigualdade de género e as relações desiguais de poder são alguns dos principais impulsionadores da violência contra as mulheres e raparigas.

A Dra. Tax observou que a luta contra a VBG "não pode ser conquistada se não abordarmos as desigualdades de género de forma agressiva.

"Nós, portanto, precisamos mover uma milha extra para capacitar as mulheres e raparigas para melhorar a igualdade e equidade de género. Este é um esforço colectivo e ninguém

deve ser deixado para trás neste esforço para enfrentar efetivamente a violência baseada no género e tornar a nossa região segura para todos".

Ela exortou os Estados membros da SADC a prestarem especial atenção ao artigo 20 do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, que exige que todos os Estados Partes promulguem e apliquem legislação que proíba todas as formas de VBG; e desenvolver estratégias para prevenir e eliminar todas as práticas sociais e culturais nocivas que incluem o casamento infantil, casamentos precoce e gravidez na adolescência.

Outras práticas nocivas incluem a escravidão e a mutilação genital feminina.

A Dra. Tax também notou a prevalência do tráfico de pessoas, que visa principalmente mulheres e raparigas.

"É triste notar que o crime de tráfico de pessoas contra mulheres e raparigas, que são a maioria das vítimas, continua a ser cometido, característico de uma escravidão

moderna", disse ela.

A prevalência do tráfico de pessoas exigiu o desenvolvimento de um Protocolo global para prevenir, punir e reprimir o tráfico de pessoas, especialmente mulheres e crianças, em 2000.

"É encorajador que 13 dos 15 Estados-Membros da SADC já tenham feito passos significativos para a domesticação do quadro legislativo global, em primeiro lugar, desenvolvendo a sua respectiva legislação autónoma para conter o crime de tráfico de pessoas", disse a Dra. Tax.

Os 13 países que promulgaram leis contra o tráfico de pessoas são Angola, Botswana, Lesotho, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Seychelles, África do Sul, Swazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

A Dra. Tax afirmou que os esforços estão em curso na República Democrática do Congo e na Namíbia "para promulgar legislação específica que criminalize a prática".

Tendo em conta as preocupações de segurança pública que representa o tráfico de pessoas na região da SADC, os Estados Membros adoptaram, em 2009, um Plano de Acção Estratégico da SADC, com um horizonte de 10 anos (2009-2019), para Combater o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças.

A região está em processo de elaboração de um Protocolo da SADC sobre Tráfico de Pessoas.

Todos esses esforços demonstram que a SADC pretende acabar com todas as formas de violência perpetradas contra mulheres e raparigas.

O Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra a Mulher marcou o início da Campanha de 16 Dias de Activismo Contra a Violência de Género cujo tema para este ano foi "Não deixe ninguém por trás: Acabar com a violência contra mulheres e raparigas".

Todos os anos, a campanha vai de 25 de Novembro a 10 de Dezembro, que é o Dia Internacional dos Direitos Humanos, sublinhando a importância de abordar e lidar com a violência baseada no género como uma violação flagrante dos direitos humanos fundamentais. □

Tráfico de pessoas Documentadas práticas efetivas

A SADC lançou um folheto sobre as lições aprendidas sobre o tráfico de pessoas na região.

O folheto, lançado no Botswana, em Outubro, intitula-se "Prevenção e luta contra o tráfico de pessoas: lições da região da SADC", e pretende partilhar as lições dos Estados Membros da SADC num esforço para melhorar a resposta regional ao crime.

Falando no lançamento, o Secretário Permanente de Defesa, Justiça e Segurança do Botswana, Segakweng Tsiane, disse que é fundamental que os Estados membros da SADC continuem a

trabalhar juntos para "construir e melhorar a capacidade de resposta ao crime de tráfico de seres humanos".

Apesar do perfil crescente do Tráfico de Pessoas em muitas partes do mundo e dos esforços para aumentar a conscientização pública na África Austral, a região continua sendo um terreno fértil para os traficantes que se alimentam das vulnerabilidades criadas por factores como conflito, pobreza, acesso limitado aos cuidados de saúde e educação e desigualdades de género. □





ENERGIA RENOVÁVEL E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA ESTRATÉGIA E PLANO DE ACÇÃO para a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

Uma transição nos padrões de utilização de energia está em curso globalmente para aumentar o uso de fontes de energia limpas e desenvolver formas inovadoras de usar menos energia para impulsionar o desenvolvimento sustentável. Para apoiar um compromisso coerente com o uso mais amplo de fontes e tecnologias de energia mais limpas, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) desenvolveu uma Estratégia e o Plano Regional de Acção de Energia Renovável e Eficiência Energética (REEESAP). Este Resumo da Política destaca algumas das principais intervenções e estratégias propostas pela REEESAP para ajudar a SADC a aproveitar seus recursos de energia renovável, bem como desenvolver formas inovadoras de usar menos energia.

O que é Energia Renovável, Eficiência Energética?

A Energia Renovável (RE) é a energia captada de fontes que são naturalmente reabastecidas numa escala de tempo humano, como a energia solar, eólica, geotérmica, hidroelétrica, oceânica e biomassa. A Eficiência Energética (EE) é o objectivo de reduzir a quantidade de energia necessária para fornecer produtos e serviços. Por exemplo, isolar uma casa ou permitir a ventilação natural permite que um edifício use menos energia de resfriamento e aquecimento para alcançar e manter uma temperatura confortável. A instalação de luzes eficientes de energia também reduz a quantidade de energia necessária para alcançar o mesmo nível de iluminação em comparação com o uso de lâmpadas incandescentes tradicionais.

Desempacotando REEESAP

Os Ministros de Energia da SADC adoptaram a REEESAP em Julho de 2017 em Ezulwini, Reino da Swazilândia. A estratégia e o plano de acção, que abrange o período de 2016 a 2030, visam fornecer um quadro para que os Estados membros da SADC desenvolvam as suas próprias estratégias de Energia Renovável (ER), levando a uma maior aceitação dos recursos de ER e à mobilização de

recursos financeiros para o sector. Os principais objectivos estratégicos da REEESAP são:

- ◆ Alcançar a segurança energética, eliminando o défice actual de oferta / procura em grande parte no sector de energia e possibilitando o crescimento económico e a industrialização futura;
- ◆ Aumentar a disponibilidade e o acesso aos serviços energéticos modernos, em particular aos pobres, que dependem em grande parte de formas de energia tradicionais ineficientes, a fim de melhorar a sua situação socioeconómica e aliviar a pobreza;
- ◆ Compensar o risco associado às importações de energia sob a forma de grandes contas de importação e incerteza da oferta agravada pelo impacto das flutuações cambiais;
- ◆ Mobilizar recursos financeiros para investimentos tanto para projectos de ER/EE como para fabricação de equipamentos de RE/EE na região da SADC, contribuindo em última instância para a agenda de industrialização da SADC; e
- ◆ Alcançar caminhos de desenvolvimento de baixo teor de carbono e sistemas de energia resilientes ao clima nos Estados Membros e, portanto, na região.

A região da SADC tem uma abundância de fontes de ER que incluem a energia hidroelétrica, eólica e solar. Assim, a implementação da REEESAP tem a capacidade de mudar o cenário energético na SADC.

Para garantir o sucesso da REEESAP, os Ministros da Energia da SADC apelaram aos Estados Membros que utilizem a estratégia e o plano de acção como ponto de referência para o desenvolvimento de estratégias nacionais de ER e EE, bem como implementarem todas as intervenções estratégicas e planos de acção a nível nacional. Além disso, os ministros instruíram o novo Centro SADC de Energia Renovável e Eficiência Energética da SADC (SACREEE) para trabalhar em estreita colaboração com o Secretariado da SADC para monitorar a implementação da REEESAP e reportar o progresso aos Ministros anualmente.

Potencial de Fontes de Energia Renovável

Fonte de ER	Potencial	Total da Capacidade Instalada
Hidroelétrica	40,874 MW	12,000 MW
Solar	20,000 TWh(/Ano)	1% Energia solar
Eólica	800 TWh(/Ano)	Menos de 1% de Energia Eólica
Electricidade produzida pela Biomassa	9,500 MW (somente com base nos resíduos agrícolas)	2,500 MW Energia da biomassa
Geotérmica	4,000 MW	

Fonte REEESAP

Intervenções propostas para aumentar o uso de tecnologias ER e EE

Uma série de intervenções e acções estratégicas são propostas pela REEESAP para permitir que os países da SADC aumentem a absorção de fontes de energia mais limpas e alternativas e desenvolvam formas inovadoras de usar menos energia para impulsionar a agenda de desenvolvimento. Algumas das principais intervenções estratégicas são:

- ◆ Fortalecer todas as agências da SADC e as instituições nacionais responsáveis pela energia para adoptar e implementar projetos de ER/EE. A divisão de tarefas entre esses vários facilitadores de mercado deve ser eficiente, a fim de evitar duplicações, capitalizar o existente e criar sinergias;
- ◆ Criar políticas, estratégias, planos e outros quadros para assegurar um ambiente propício aos investimentos em ER/EE;
- ◆ Desenvolver marcos adequados de regulamentação e padronização para projectos e investimentos em ER/EE;
- ◆ Atrair a participação do sector privado em investimentos para as ER e EE;
- ◆ Desenvolver capacidade para projectar, desenvolver, construir, implementar e manter projectos de ER/EE;
- ◆ Disponibilizar financiamento para projectos de ER/EE;
- ◆ Desenvolver projectos, tecnologias e transferência de conhecimentos para atender às metas da procura;
- ◆ Considerar questões transversais ao implementar projectos ER/EE e;
- ◆ Promover a adopção de ER/ EE por meio de informações, advocacia e consciencialização.

História de Sucesso - Comunicando Energia na África Austral

O Projecto Comunicando Energia na África Austral fez progressos significativos na comunicação de questões relacionadas à energia para a comunidade regional através de múltiplas e variadas ferramentas de comunicação. Estas incluem o Monitor de Energia da SADC, o Anuário de Investimentos para SADC, o Boletim do Grupo Temático de Energia da SADC (ETG), bem como o boletim regional bimensal da África Austral e o seu serviço semanal de notícias (SANF). O SANF publica pelo menos duas novidades por mês sobre questões de energia e desenvolvimentos relacionados na África Austral. Os artigos do SANF são distribuídos para uma lista de receptores influentes na região e são amplamente reproduzidos pela mídia e em outros lugares, demonstrando o apetre pelas notícias de energia na SADC.

O projeto é implementado pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) através do seu Instituto Regional de Desenvolvimento Económico (REDI), em parceria com a Divisão de Energia no Secretariado da SADC, com o apoio da Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (ADC).

Proposta de Quadro para a implementação da REEESAP

O sucesso da REEESAP depende de uma variedade de factores, entre os quais o principal é a disponibilidade de recursos, particularmente recursos financeiros. Os Estados-Membros também devem domesticar a REEESAP, bem como implementar acções, tanto a nível nacional

como regional. O Secretariado da SADC, através do SACREEE, deve desempenhar um papel de liderança na coordenação da mobilização de recursos para as acções da REEESAP.

A tabela mostra alguns dos princípios orientadores para a implementação da REEESAP. Os princípios são adaptados das directivas de política da SADC.

Princípios orientadores para a Implementação da REEESAP

Responsabilidade	Os Estados Membros tem a responsabilidade de escolher e implementar aquelas acções da REEESAP que são prioritárias para os seus Países.
Subsidiaridade	O REEESAP será implementado nos níveis mais adequados pelas agências relevantes da região e nos Estados Membros.
Adicionalidade	As instituições bem como as suas agências e outros actores para além do Secretariado da SADC podem implementar as intervenções da REEESAP. Esses incluem o sector privado, sociedade civil, instituições académicas e parceiros de desenvolvimento.
Priorização	As intervenções da REEESAP baseiam-se nas prioridades de desenvolvimento da SADC e os Estados Membros terão a liberdade de priorizar as acções mais importantes para suas prioridades de desenvolvimento.
Racionalização	A REEESAP promoverá a coerência e o alinhamento das iniciativas e objetivos nacionais, regionais e globais.
Coordenação	A REEESAP promoverá o planeamento transversal e multisectorial.
Flexibilidade	A REEESAP está aberta a alterações e revisões ao longo da sua implementação para responder melhor ao ambiente altamente em mudança.
Geometria variável	Certos Estados-Membros podem avançar mais rapidamente com a implementação de certas actividades em que possuem vantagem comparativa.
Boas Práticas	As acções estratégicas da REEESAP serão executadas, com base em melhores práticas e partilha de lições aprendidas entre os Estados membros.
Participação	As partes interessadas relevantes serão informadas, consultadas e envolvidas durante a implementação da REEESAP e no desenvolvimento de planos de acção dos Estados Membros.
Sustentabilidade	A REEESAP promove a apropriação local, a consciencialização, a capacitação e o desenvolvimento institucional e está ancorada na participação dos Estados Membros.
Optimização	A REEESAP fará o melhor uso dos recursos financeiros disponíveis, priorizando soluções de "alto impacto/ baixo custo" e acções combinadas com os mecanismos de financiamento mais apropriados.

Conclusão

A adopção da REEESAP tem a capacidade de mudar a paisagem do desenvolvimento de energia renovável na SADC e é essencial para orientar a região a adoptar formas inovadoras de usar menos energia para apoiar as iniciativas de desenvolvimento. Isto é feito possivelmente pelas vastas fontes de energia renovável que ocorrem na região da SADC. Portanto, a aprovação da REEESAP é um desenvolvimento bem-vindo que atrairá investimentos significativos para o sector de

energia renovável da SADC, permitindo que a região aumente o acesso e a disponibilidade de energia, bem como a promoção da inovação tecnológica no sector que assegure que a região use menos energia para fornecer o mesmo serviço. A implementação de tais medidas de eficiência energética na África Austral já resultou na poupança de cerca de 4.561MW de electricidade entre 2009 e 2015. A região da SADC deverá poupar mais de 6.000MW até 2018 se tais iniciativas forem implementadas de acordo com o plano.

Referências

SADC 2016. Renewable Energy and Energy Efficiency Strategy and Action Plan. Gaborone, Botswana

SADC 2015. SADC Revised Regional Indicative Strategic Development Plan. Gaborone, Botswana

SADC 2012. Regional Infrastructure Development Master Plan. SADC Secretariat, Gaborone

SADC 2010. SADC Regional Energy Access Strategy and Action Plan. SADC Secretariat, Gaborone

SADC, SARDC 2016. *SADC Energy Monitor 2016 –Baseline Study of the SADC Energy Sector*. Gaborone, Harare

SADC, SARDC 2017 Renewable Energy-Biofuels. Opportunities and Challenges for the Southern African Development Community. *Energy Policy Brief No. 13*. Gaborone, Harare

SADC, SARDC 2017. *SADC Energy Investment Yearbook 2017*. Gaborone, Harare

SADC, SARDC 2016. *SADC Energy Investment Yearbook 2016*. Gaborone, Harare

SADC, SARDC 2016. *Esforços e Benefícios da Integração do Género no Setor de Energia Renovável da SADC*. Gaborone, Harare

SARDC 2016. Towards a SADC Strategy for Renewable Energy. *Southern African News Features 16 No.52*, November 2016, SARDC, Harare

Este resumo de política é produzido pelo SARDC através do projecto sobre Comunicando Energia na África Austral, apoiado pela Agência Austríaca de Desenvolvimento (ADA) / Cooperação Austríaca para o Desenvolvimento (ADC). O conteúdo deste resumo é da inteira responsabilidade dos autores. A informação e a análise não refletem a opinião oficial da ADA / ADC



Julius K. Nyerere House
15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791141 Email sardc@sardc.net
Website www.sardc.net Knowledge for Development





SADC procura uma solução política duradoura para o Lesotho

A SADC Continua a trabalhar para garantir que a estabilidade seja restaurada no Reino do Lesotho, onde os desafios políticos e de segurança ameaçam a paz na região.

Falando no diálogo pós-eleitoral em Maseru, Lesotho, em Outubro, o vice-presidente sul-africano, Cyril Ramaphosa, declarou que a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) é "investida como região e como povo da África no progresso do Reino".

Reiteramos o compromisso da SADC de trabalhar com o Governo e o Povo do Lesotho na busca de uma solução duradoura para os desafios políticos e de segurança que o país enfrenta", disse Ramaphosa durante a reunião.

O diálogo, realizado sob os auspícios do Conselho de ONGs do Lesotho, contou com a presença de representantes de partidos políticos e líderes tradicionais e religiosos.

Serviu de plataforma para discutir as complexidades do processo eleitoral do Lesotho, questões associadas à garantia da paz nacional, da estabilidade política, da reconciliação e da justiça de transição; pré-condições para a realização de reformas bem-sucedidas; e considerações importantes no processo, estruturas e liderança

que devem acompanhar o processo de reforma no país.

O diálogo nacional é uma das recomendações feitas pela SADC em 2014 ao Governo do Lesotho para encontrar uma solução duradoura para os desafios políticos no reino.

A SADC solicitou ao governo do Lesotho que elaborasse e apresentasse um roteiro sobre a implementação das decisões da SADC com marcos concretos, claros e entregáveis e reportasse o progresso antes de Novembro de 2017.

Ramaphosa, que é o Facilitador da SADC para o Reino do Lesotho, disse que o compromisso da SADC em assegurar o restabelecimento da paz e da segurança no país é demonstrado pela sua decisão de implantar um amplo Comité de Supervisão, bem como uma Força Prontidão.

O Comité de Supervisão atuará como um mecanismo de aviso prévio para a situação política no Lesotho. Ele irá monitorar e ajudar o reino na implementação das decisões da SADC.

Na sequência de uma Cimeira da dupla Troika realizada em Setembro, uma Equipe de Avaliação Técnica da SADC foi implantada no Lesotho para avaliar a situação de segurança no Reino e determinar os requisitos e preparar as

modalidades de implantação da Força Prontidão da SADC até 1 de Novembro.

A decisão da Dupla Troika foi tomada após o assassinato do Comandante das Forças do Defesa do Lesotho (LDF), o General Khoantlhe Motšomotšho, em Setembro, um desenvolvimento que comprometeu a implementação das decisões da SADC e desestabilizou ainda mais a situação de segurança.

A Equipe de Avaliação Técnica da SADC realizou reuniões consultivas com várias partes interessadas em Maseru, Lesotho, em Setembro.

As partes interessadas consultadas incluíram o Ministério das Relações Exteriores e Cooperação Internacional, o Ministério da Defesa e Segurança Nacional, as LDF, o Serviço Nacional de Segurança do Lesotho, o Serviço da Polícia Montada no Lesotho, o Conselho Cristão do Lesotho, o Conselho das ONG do Lesotho e representantes dos partidos políticos da oposição.

No final da missão, a equipe preparou um relatório detalhado com recomendações sobre os requisitos e as modalidades para a implantação da Força Prontidão da SADC, que inclui componentes militares, policiais e civis.

A Namíbia tornou-se o primeiro país a anunciar o seu contributo para a Força de Prontidão da SADC. O Governo da Namíbia aprovou a implantação de 250 soldados no Lesotho como parte de uma força de prontidão da SADC constituída por um contingente de 1.200 pessoas.

A SADC condenou o assassinato de Motšomotšho, dizendo que o incidente poderia afectar os esforços para promover e encontrar uma solução duradoura para a situação política no país.

Motšomotšho foi baleado na sua casa, alegadamente por um grupo de soldados que haviam sido expulsos do exército.

Para evitar a possibilidade de uma maior deterioração da segurança no país, a SADC imediatamente implantou uma missão ministerial de verificação no Lesotho, em Setembro.

A missão foi composta pelo presidente da SADC, Jacob Zuma, da África do Sul, ministros da troika do órgão, bem como especialistas em defesa e segurança.

A missão de verificação conduziu uma avaliação da situação de segurança e realizou reuniões com todos os principais interessados no Lesotho, a fim de estabelecer as circunstâncias por trás do assassinato e posteriormente recomendou a tomada de acção apropriada para o contexto então prevalecente.

Uma das recomendações foi a implantação de uma Força de Prontidão incluía militares, segurança, pessoal da inteligência e peritos civis para o reino e foi aprovada pela Cimeira da Dupla Troika que se reuniu a 15 de Setembro, na África do Sul.

A cimeira da Troika aprovou um mandato ampliado e a composição de um Comité de Supervisão, com um total de 34 membros, entre eles militares, segurança, pessoal da inteligência e peritos civis a serem implantados no Lesotho.

A troika apelou "a necessidade urgente de ajudar o Reino no restabelecimento da lei e da ordem, e um ambiente pacífico conducente, entre outros, à implementação das decisões da SADC especificamente, Sector de Segurança e Reformas Constitucionais, bem como as recomendações da Comissão de Inquérito." sadc.net □



Delegados participando no Diálogo Pós-Eleitoral realizado em Maseru, Lesotho



Novo líder Zimbabweano promete "direcção positiva diferente"

ELE FALOU de vários assuntos. No entanto, a mensagem foi clara e em uníssono.

Emmerson Mnangagwa, o novo Presidente do Zimbabwe, disse que a unidade entre todos os cidadãos - tanto dentro como fora do país - e, independentemente da cor ou da associação política, é fundamental para consolidar os ganhos da independência e reconstruir a economia.

"A tarefa é reconstruir o nosso excelente país", disse Mnangagwa no seu primeiro discurso após sua investidura a 24 de Novembro, em Harare, acrescentando que essa tarefa "não é de ninguém, mas de nós mesmos".



"Assim, convido a todos para humildemente esquecer o passado, abraçando-nos facilmente para definir um novo destino".

Mnangagwa também prometeu fortalecer os laços com os vizinhos regionais e continentais e estabelecer pontes com o resto da comunidade internacional à medida que o país embarca numa "direcção positiva diferente".

Reconheceu que a maior parte dos problemas que este país da África Austral enfrentou desde 2000 "emanam, em parte, da maneira como fizemos nossa política, tanto a nível nacional como internacional", disse ele sublinhando que o foco será garantir que o Zimbabwe retome o seu lugar "no concerto das nações".

Ele observou que o programa de reforma agrária, introduzido pelo seu antecessor Robert Mugabe, em 2000, era inevitável, mas disse que sua administração terá como objectivo compensar todos os agricultores que

perderam as suas terras agrícolas durante o processo.

"Meu governo está empenhado em compensar aqueles agricultores que perderam a terra, sempre em conformidade com as nossas leis", disse Mnangagwa.

Mais de 4.500 fazendeiros comerciais brancos foram despojados das suas terras por zimbabweanos sem terra ao abrigo de um programa visto por alguns como tendo precipitando a crise política e económica que afectou o país nos últimos 17 anos.

As relações agudizaram-se entre Harare e a maioria das nações ocidentais, quando o ex-Presidente, Robert Gabriel Mugabe, retirou o Zimbabwe da Commonwealth em Dezembro de 2003.

Isso causou uma fuga, sem precedentes, de quadros qualificados e de investimentos do Zimbabwe.

Mnangagwa prometeu reactivar os laços com organizações regionais, continentais e internacionais.

"Reafirmamos plenamente a nossa adesão ao concerto das nações e expressamos o nosso compromisso de desempenhar o nosso papel em todas as organizações e acordos regionais, continentais e internacionais, a fim de contribuir de forma modesta para uma ordem mundial próspera", afirmou.

No desenvolvimento económico, Mnangagwa disse que a recuperação será a prioridade, baseada na agricultura que é a espinha dorsal da economia nacional.

"Importantes opções terão de ser feitas para atrair o Investimento Estrangeiro Direto para enfrentarmos os altos níveis de desemprego, enquanto transformamos a nossa economia em terciária", disse ele.

"Os vários quadros zimbabweanos qualificados que deixaram o país ao longo dos anos por uma variedade de razões devem agora entrar no amplo cálculo económico projectado para nossa recuperação".

Disse que também vai priorizar o desenvolvimento de infra-estruturas como estradas para permitir o bom movimento de pessoas, bens e serviços.

A cerimónia de investidura, no Estádio Nacional dos Desportos, foi testemunhada por mais de 60.000 zimbabweanos de todos os sectores da vida socioeconómica e segmentos políticos.

Vários líderes locais e ex-líderes participaram da investidura, entre eles os Presidentes Seretse Khama Ian Khama, do Botswana, Filipe Nyusi, de Moçambique, Edgar Lungu, da Zâmbia e o vice-presidente da Namíbia, Nickey Iyambo, bem como os ex-presidentes da Zâmbia, Kenneth Kaunda e Rupiah Banda, e os ex-presidentes namibianos Sam Nujoma e Hifikepunye Pohamba.

A SADC elogiou o Zimbabwe pela transição pacífica e prometeu o seu apoio para continuar a fortalecer a sua "relação com o Governo do Zimbabwe sob a liderança do presidente Mnangagwa" sardc.net □

Mnangagwa: "Eu prometo ser o vosso empregado"

SE EXISTE uma descrição do perfil para o cargo de Presidente na República do Zimbabwe, então esse perfil ajusta-se ao CV de Emmerson Dambudzo Mnangagwa, que se tornou o segundo presidente executivo a 24 de Novembro de 2017. Ele está muito bem preparado para o cargo.

Ele é um advogado constitucional, um antigo comandante da guerrilha e um formador de prisão que serviu com distinção durante a guerra de libertação que derrotou o regime Rodesiano de Ian Smith e trouxe a independência para o Zimbabwe em 1980.

Ele foi o primeiro comandante militar treinado a entrar no país, levando o primeiro grupo de guerrilheiros treinados a atravessar o rio Zambeze até então a Rodésia do Sul em 1964.

Mais tarde, ele foi preso após algumas actividades de sabotagem em várias partes do país e passou quase dez anos na prisão, principalmente em Khami. Ele retomou a educação na prisão e completou os seus estudos na Universidade da Zâmbia após a libertação.

Foi chefe de segurança civil e militar durante as últimas etapas decisivas da guerra, em Maputo, e no quartel militar em Chimoi, e ele era um membro da delegação que negociou o acordo para a independência em Lancaster House, Londres.

Ele liderou a primeira delegação civil de 23 funcionários do partido que retornou ao Zimbabwe nos primeiros dias de Janeiro de 1980 e foi responsável pela segurança do partido e presidente durante o cessar-fogo e campanha eleitoral que resultou na vitória da ZANU PF e PF ZAPU em quase todos dos assentos disputados no Parlamento.

Ele presidiu a comissão de integração militar que tinha a responsabilidade de integrar os dois exércitos do movimento de libertação com os militares Rodesianos.

Ele foi vice-presidente do partido, ministro do Governo e líder do partido.

Ele foi Ministro da Segurança, Justiça e Assuntos Jurídicos, Finanças, Habitação Rural e Defesa. Ele foi Presidente do Parlamento e Chefe dos Assuntos Governamentais no Parlamento.

Ele trabalhou em missões secretas e plataformas públicas e interagiu com os Chefes de Estado.

Ele liderou o processo de legalização da nova Constituição do país e, como vice-presidente, ele iniciou um programa agrícola inovador que resultou numa boa colheita de milho este ano.

Ele serviu o partido e o governo, e o povo do Zimbabwe, em todas essas capacidades.

Isso explica porque ele teve uma recepção calorosa no seu regresso a casa para ocupar o cargo máximo após a demissão do primeiro presidente executivo, Robert Gabriel Mugabe.

Regressou ao País, a 22 de Novembro após 16 dias de exílio devido a ameaças contra sua com um humor extremamente exuberante e usou o seu humor para cumprir o seu perfil como unificador.

Ele disse à grande multidão de pessoas reunidas fora da sede do partido, sob fortes aplausos, que "eu prometo ser o vosso empregado".

Eleito líder do partido (Presidente e Primeiro Secretário) pelo Comité Central, que é o principal órgão de decisão da União Nacional Africana do Zimbabwe (Frente Patriótica) entre os congressos, o que foi confirmado no Congresso do partido a 15 de Dezembro.

Um dos seus primeiros actos como presidente foi oficializar a renomeação da sede militar com o nome do comandante icónico da libertação, Josiah Magama Tongogara. Antes a sede ostentava o nome colonial de um ex-rei britânico, o Rei George VI. Todos os quartéis e bases militares que tinham nomes coloniais, em honra dos heróis da década de 1890 e as guerras de libertação de 1960/1970, foram renomeados.

Mnangagwa teve uma carreira bem sucedida no governo, servindo como primeiro ministro

da Segurança do Estado pós-Independência (1980-1988) e depois como Ministro da Justiça, Assuntos Jurídicos e Parlamentares (1989-2000) e Chefe dos Assuntos do Governo no Parlamento; Ministro interino das Finanças (1995-1996); Presidente da Câmara das Assembleias (2000-2005); Ministro da Habitação Rural e Serviços Sociais (2005-2009); Ministro da Defesa (2009-2013); e Primeiro Vice-Presidente da República do Zimbabwe (2014-2017).

Como Ministro da Justiça, Assuntos Jurídicos e Parlamentares (2013-2014), teve um papel importante na operacionalização da nova Constituição da República do Zimbabwe através da passagem de vários instrumentos legais pelo Parlamento, como Chefe dos Assuntos Governamentais na Assembleia.

Como vice-presidente, ele continuou a assumir essa responsabilidade, além de orientar a recuperação económica através da supervisão activa do programa bem-sucedido de Comando da Agricultura, que produziu uma boa safra de milho na época 2017 e está sendo estendido a outras culturas. Com a responsabilidade do sector económico, ele trabalhou duro para atrair investimentos, especialmente para o sector manufatureiro.



"Eu me comprometo a ser o vosso empregado, apelo a todos os verdadeiros patriotas zimbabwenses para que se juntem, trabalhem juntos. Não há ninguém melhor que o outro. Todos somos zimbabwenses. Queremos elevar a nossa economia. Queremos paz no nosso país.

"Nós queremos empregos, empregos, empregos no nosso país. Precisamos também da cooperação dos nossos vizinhos na SADC. Precisamos da cooperação da África. Precisamos da cooperação dos nossos amigos de fora do continente. Iremos conseguir isso. Já recebo mensagens de cooperação e apoio para que elevamos a nossa economia." sardc.net □

Mugabe: Ícone de libertação de África

A RESIGNAÇÃO de Robert Mugabe como presidente do Zimbabwe, a 21 de Novembro, marcou o fim de uma era para um ícone político africano.

Admirado em África como um ícone de libertação, Mugabe ofereceu uma mensagem de esperança e unidade a milhões de seus compatriotas quando se tornou o primeiro primeiro-ministro negro do Zimbabwe independente a 18 de Abril de 1980.

Ele não decepcionou a sua promessa durante a maior parte dos seus 37 anos de poder, oferecendo um sistema de educação gratuito que invejado por muitos Países vizinhos do Zimbábue e distantes, além de anunciar uma política de reconciliação logo após a independência.

Mugabe também se credibilizou com o programa de reforma agrária visando atribuir terra aos zimbabwenses sem terra. Este programa foi implementado pelo seu Governo desde 2000.

Quando foi Presidente da SADC de Agosto de 2014 a Agosto de 2015, a região desenvolveu e adoptou uma estrutura e estratégia para promover a industrialização com vista a garantir que a região aproveite plenamente os seus recursos. □



Seychelles pesquisa petróleo no plateau das Mascarenhas

SEYCHELLES ANUNCIOU planos para explorar o ecossistema marinho e os depósitos de hidrocarbonetos sobre o plateau das Mascarenhas, um limite marítimo administrado conjuntamente pelas Seychelles e Maurícias.

"A pesquisa incorporará principalmente a recolha de dados no ecossistema da pesca, bem

como a exploração de petróleo e hidrocarbonetos", disse Philippe Michaud, Assessor Especial do Departamento de Economia Azul.

A exploração será feita pelo Dr. Fridtjof Nansen, um navio equipado para pesquisas marinhas avançadas e multidisciplinares e de propriedade da Organização Norueguesa para a Cooperação

para o Desenvolvimento (NORAD). O navio será enviado para o plateau das Mascarenhas em Junho do próximo ano.

O plateau das Mascarenhas é uma grande área rasa no oceano Índico, variando em profundidade de oito a 150 metros e situada a norte e a leste de Madagáscar.

A pesquisa será realizada no âmbito do Projecto Nansen de Análise do Ecossistema das Pescas (EAF), implementado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, em colaboração com o Instituto Norueguês de Pesquisa Marítima. *Agência de Notícias das Seychelles* □

PMEs impulsionam a economia nas Maurícias

AS PEQUENAS e médias empresas contribuem significativamente para a economia das Ilhas Maurícias, representando mais de metade do emprego e pelo menos 40% do Produto Interno Bruto, de acordo com o Primeiro-Ministro, Pravind Kumar Jugnauth.

Falando durante uma exposição para as Pequenas e Médias Empresas (PME) em St. Pierre, em Novembro, Jugnauth disse que existem mais de 126 mil PME nas Maurícias, empregando cerca de 300 mil pessoas, isto é, cerca de 54% do número total de pessoas empregadas no país.

Recordou que, tendo em vista o apoio às PME, uma série de medidas foram anunciadas no orçamento nacional para 2017/18.

Isto representa uma contribuição de Rs 5.000 (cerca de 150 dólares norte-americanos) do

Tesouro para os custos de adesão marca "Made in Moris"; espaço dedicado a quatro novas feiras locais para que as PME possam comercializar os seus produtos; e a criação de uma plataforma electrónica para as PME proporcionarem maior visibilidade aos produtos das PME.

As taxas de exportação também foram reduzidas de 15 para 3 por cento para que as empresas possam exportar os seus produtos com mais facilidade, acrescentou Jugnauth. Governo das Maurícias

70% dos Tanzanianos tem acesso à electricidade

CERCA DE 70 por cento dos tanzanianos agora têm acesso à electricidade da rede, um salto significativo de cerca de 40 por cento em apenas dois anos atrás.

O Comissário interino para Assuntos de Energia e Petróleo, Innocent Luoga, disse que o acesso à electricidade aumentou de 40%, em 2015, para pouco acima de 67,5%, em 2017, enquanto a penetração de energia da rede varia para 97,3% em áreas urbanas e 49,5% em áreas rurais.

Isso significa que pelo menos 35 milhões de tanzanianos têm acesso à electricidade da rede principal em todo o país, prevendo-se um rápido aumento através do programa de eletrificação rural em curso.

A Tanzânia actualmente abriga cerca de 50 milhões de pessoas, um dos maiores países da região da SADC. □

BAD fomenta agricultura na Namíbia

O BANCO Africano De Desenvolvimento (BAD) aprovou um empréstimo de 1 bilhão de Rands (cerca de 74 milhões de dólares norte-americanos) para apoiar o sector agrícola da Namíbia, financiando o Projecto de Mecanização Agrícola e Desenvolvimento de Semente do país.

O projeto foi aprovado pelo Conselho do BAD a 4 de Dezembro em Abidjan e visa fortalecer a produtividade agrícola para reduzir as importações de culturas / grãos de cereais básicos, facilitar a criação de emprego e melhorar a renda familiar.

Os dois principais componentes do projecto são a melhoria da cadeia de valor (com

a mecanização agrícola e sistemas de sementes certificados como subcomponentes) e apoio institucional através da capacitação e gestão de projectos.

O projeto será implementado pelo Ministério da Agricultura, Água e Silvicultura da Namíbia durante um período de cinco anos nas 14 regiões administrativas da Namíbia.

Beneficiará directamente 294.500 agricultores e 10.000 criadores de gado.

Além disso, o projecto apoiará plenamente 111 cooperativas de pequenos agricultores e, indirectamente, beneficiará cerca de 800 mil pessoas ao longo das culturas de cereais e cadeias de valor de gado. □

Seychelles elimina aparelhos que destroem o ozônio

AS SEYCHELLES estão a priorizar o uso de aparelhos tecnológicos que são amigáveis com a camada de ozônio, uma vez que se junta à segunda fase da Iniciativa Arrefecimento Verde em África.

Através da iniciativa, as Seychelles poderão substituir aparelhos como frigoríficos e unidades de ar condicionado contendo hidroclorofluorocarbonos (HCFCs) e clorofluorocarbonos (CFCs) por outros que utilizam gases naturais.

A Secretária Principal de Energia e Mudanças Climáticas, Wills Agricole, disse que, à medida que as aplicações de refrigeração e ar condicionado aumentam, as emissões de gases de efeito estufa também estão aumentando porque "a maioria dessas aplicações usa gases fluorados como refrigerantes".

As Seychelles, um grupo de 115 ilhas no Oceano Índico ocidental, tornaram-se o 5º país da África a fazer parte da Iniciativa Arrefecimento Verde em África, depois do Ghana, Namíbia, Quênia e Maurícias.

A iniciativa é um programa de apoio aos países parceiros para criar uma mudança no sector de resfriamento através de para uma tecnologia mais sustentável e uma via de mitigação baixa. □

ÁFRICA AUSTRAL HOJE

SADC HOJE Vol. 20 No 1 DEZEMBRO 2017



ÁFRICA AUSTRAL HOJE

É produzido como uma fonte de referência das actividades e oportunidades na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, e um guia para os responsáveis pela elaboração de políticas a todos os níveis de desenvolvimento nacional e regional.

Comunidade para o desenvolvimento da África Austral

Secretariado da SADC, SADC House,
Private Bag 0095, Gaborone, Botswana
Tel +267 395 1863 Fax +267 397 2848/318 1070
E-mail registry@sadc.int Website www.sadc.int

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado seis vezes por ano pelo Centro de Documentação e Pesquisa para a África Austral (SARDC) para o Secretariado da SADC em Gaborone, Botswana, como uma fonte credível de conhecimento sobre o desenvolvimento regional. Os artigos podem ser reproduzidos livremente pelos órgãos de comunicação social e outras entidades, citando devidamente a fonte.

EDITOR

Munetsi Madakufamba

COMITÉ EDITORIAL

Joseph Ngwawi, Kizito Sikuka, Eglene Tauya, Admire Ndhlovu,
Phyllis Johnson, Danai Majaha, Anesu Ngadya, Tariro Sasa, Nyarai Kampilipili,
Tanaka Chitsa, Lynette Chitambo, Tonderai Mpofu
Monica Muteru, Raymond Ndhlovu

TRADUTOR

Bonifácio António

ÁFRICA AUSTRAL HOJE conta com o apoio da Agência Austríaca para o Desenvolvimento, que assiste o Grupo Temático de Energia da SADC co-presidido pela Áustria.

© SADC, SARDC, 2017

ÁFRICA AUSTRAL HOJE acolhe as contribuições individuais e de organizações dentro da região da SADC em forma de artigos, fotografias, artigos noticiosos e comentários, e também artigos relevantes de fora da região. Os editores reservam-se o direito de seleccionar ou rejeitar artigos, e editar para se ajustar ao espaço disponível. O conteúdo não reflecte necessariamente o posicionamento oficial ou opiniões da SADC ou SARDC.

ÁFRICA AUSTRAL HOJE é publicado em Inglês, Português e Francês, e está disponível num formato digital no Portal de Internet www.sadc.net Conhecimento para o Desenvolvimento, ligado a www.sadc.int

COMPOSIÇÃO & MAQUETIZAÇÃO

Tonely Ngwenya, Anisha Madanhi

FOTOS E ILUSTRAÇÕES

P1yimag.com, cnbcafrica.com, kagiso.ic.com, ibrahimmayaki.com,
electrotherm.co.za, sadc.int; P2s2.dmcn.net, wikimedia.com; P4 sciencealert.com,
conserve-energy-future, tbn0.gstatic, rehgroup.com; P5 foodtank.com; P6
ipsnews.net; P8 sadc.int; P9 sadc.int unomaha.com, jubilantstewards.com, 2.bp.com;
P10 southernafrican.news; P11 visitlesotho.com, freenglishsite.com, i2.wp.com; P12
cntraveller.com, thezimbabwemail.com; P13encrypted-tbn0.gstatic.com

Subscriva Hoje

ÁFRICA AUSTRAL HOJE está disponível através de uma taxa de subscrição anual para seis meses: 55 dólares para fora de África, incluindo o envio; 40 dólares nas restantes partes de África; e 30 dólares na África Austral. A subscrição permite receber a publicação via aérea ou por e-mail. Para mais detalhes, contacte o Editor.

A correspondência para esta publicação deve ser dirigida ao
sadctoday@sadc.net

Centro de Documentação e Pesquisa para África Austral

15 Downie Avenue, Belgravia, Harare, Zimbabwe
Tel +263 4 791 141 Fax +263 4 791 271

www.sadc.net
Conhecimento para o Desenvolvimento



sadc.net



@sadc.net



This document was produced in the context of a project funded by the Austrian Development Agency/the Austrian Development Cooperation. The responsibility of the content of this publication lies entirely with the author; the information and views expressed do not reflect the official opinion of the Austrian Development Agency/the Austrian Development Cooperation.



Dezembro
4-6, Etiópia

12ª Conferência Económica Africana

A decorrer sob o tema "Governação para a Transformação Estrutural", a conferência será uma oportunidade para pesquisadores, formuladores de políticas e profissionais de desenvolvimento da África e do mundo inteiro refletirem sobre os progressos realizados pelos países africanos na transformação estrutural das suas economias. É organizada conjuntamente pelo Banco Africano de Desenvolvimento, UNECA, PNUD e a Conferência Económica Africana.

4-6, Etiópia

Comité Técnico Especializado da UA sobre Igualdade de Género

Os Ministros da UA Responsáveis pelo Género e os Assuntos das Mulheres vão reunir-se com especialistas para discutir o trabalho da UA sobre a igualdade de género e o empoderamento das mulheres, incluindo a nova Estratégia de género da UA; avaliação da Política de Género de 2009; nova Estratégia de Comunicação de Género da UA e Declaração Solene sobre Igualdade de Género em África. O Comité Técnico Especializado sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres é um órgão estatutário da UA

10-14, Namíbia

Semana do PIDA 2017

O Programa de Desenvolvimento de Infra-Estruturas em África (PIDA) é um modelo para a transformação da infra-estrutura africana para o período 2012-2040 que foi adoptado pelos líderes africanos em Janeiro de 2012. A Semana do PIDA 2017 será realizada sob o tema "Reforçar o Comércio e a Transformação Económica através do Desenvolvimento Regional de infraestrutura."

15, Zimbabwe

Congresso Extraordinário da ZANU PF

Espera-se que o Congresso aprove a decisão do Comité Central de 19 de Novembro de destituir o ex-presidente Robert Mugabe e eleger Emmerson Mnangagwa como primeiro secretário e presidente do partido. O Comité Central também decidiu que Mnangagwa será o candidato presidencial do partido nas eleições marcadas para 2018. O congresso também deverá endossar outra decisão do Comité Central de expulsar vários membros, incluindo a ex-Primeira-Dama Grace Mugabe.

16-20,
África do Sul

54ª Conferência Nacional do ANC

O Congresso Nacional Africano da África do Sul realizará a sua conferência eletiva em Guateng para escolher um novo líder do partido e executivo nacional para ser o candidato do partido nas eleições de 2019. O Presidente Jacob Zuma e o seu executivo completarão os seus dois mandatos, embora o presidente Zuma continue como líder do governo a menos que seja tomada uma decisão para o destituir. Uma série de questões de implementação de políticas serão discutidas.

Janeiro
15-18, UAE

Cimeira Mundial do Futuro 2018

A cimeira será dedicada a sustentar o consenso em energia limpa, bem como promover e capacitar novos actores no sector. Será uma oportunidade para os interessados na energia trocarem experiências sobre a tecnologia e partilharem as melhores práticas.

Por indicar, Etiópia

30ª Sessão Ordinária da Cimeira da UA

Os Chefes de Estado e de Governo da África vão se reunir na sua 30ª Sessão da Assembleia da União Africana, que será precedida de reuniões ministeriais e técnicas. O tema da UA para o ano é "Vencer a luta contra a corrupção: um caminho sustentável para a transformação da África".

Fevereiro
1-2, Botswana

Conferência SOLTRAIN 2018

Especialistas em energia da África Austral discutirão maneiras de melhorar uma abordagem coordenada para aproveitar o potencial energético do sol. A Iniciativa de Formação e Demonstração Solar Térmica da África Austral (SOLTRAIN) é um programa regional de capacitação e demonstração de sistemas solares térmicos na região da SADC.

20-21,
África do Sul

Feira de Energia Indaba Africa 2018

O Indaba reunirá especialistas internacionais e continentais para partilharem ideias e soluções para os desafios energéticos de África, enquanto simultaneamente exploram as vastas oportunidades de desenvolvimento de energia oferecidas pela África.

HISTÓRIA
HOJE



FERIADOS PÚBLICOS NA SADC

Dezembro de 2017 - Fevereiro de 2018

1 Dezembro	Aniversário o Profeta	Comores
8 Dezembro	Imaculada Conceição	Seychelles
9 Dezembro	Dia da Independência	Tanzânia
10 Dezembro	Dia Internacional dos Direitos Humanos	Namíbia
16 Dezembro	Dia da Reconciliação	África do Sul
22 Dezembro	Dia da Unidade Nacional	Zimbábue
25 Dezembro	Dia de Natal	Todos Países da SADC excepto Botswana
		Angola, Moçambique
26 Dezembro	Dia da Família	Angola, Moçambique
	Dia do Boxe	Botswana, Lesotho, Malawi, Swazilândia
		Tanzânia, Zimbábue
28 Dezembro	Dia da Família	Namíbia
	Dia da Boa Vontade	África do Sul
	Dia do Incwala	Swazilândia
1 Janeiro	Dia do Ano Novo	SADC
4 Janeiro	Dia dos Mártires	DRC
12 Janeiro	Dia da Revolução de Zanzibar	Tanzânia
15 Janeiro	Dia de John Chilembwe	Malawi
16 Janeiro	Dia dos Heróis (Laurent Kabila)	RDC
17 Janeiro	Dia dos Heróis (Patrice Lumumba)	RDC
31 Janeiro	Thaiposam Cavadee	Maurícias
1 Fevereiro	Dia da Abolição da Escravidura	Maurícias
3 Fevereiro	Dia dos Heróis	Moçambique
4 Fevereiro	Dia Nacional da Luta Armada	Angola
13 Fevereiro	Carnaval	Angola
13 Fevereiro	Maha Shivaratee	Maurícias
16 Fevereiro	Festival da Primavera Chinesa	Maurícias

Um futuro partilhado no seio da Comunidade Regional